



POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DE HERBERT MARCUSE AOS ESTUDOS SOBRE O LAZER

Nelson Carvalho Marcellino¹;
Renata Moraes do Nascimento²

RESUMO

Este artigo de revisão é resultado de uma pesquisa bibliográfica que tem por objetivo destacar as possíveis contribuições do pensamento do filósofo e sociólogo alemão Herbert Marcuse como embasamento teórico para os estudos acerca do lazer. Foram selecionadas as obras: *Eros e civilização* e *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional* e o texto “Para a crítica do hedonismo”. Marcuse, mesmo a partir de uma abordagem indireta do lazer, traz uma contribuição importante para os estudos do lazer, conforme destacado no decorrer do texto, e essa contribuição precisa ser redimensionada a partir do movimento dialético da sociedade e da cultura e das conquistas da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Lazer. Teoria. Herbert Marcuse.

POSSIBLE CONTRIBUTIONS FROM HERBERT MARCUSE FOR STUDIES ON LEISURE

ABSTRACT

This review is the product of a literature review that aims to stand out the possible contributions from the thought of the German philosopher and sociologist Herbert Marcuse, as a theoretical basis for the studies on leisure. The selected works are *Eros and civilization*, and *One-dimensional man*, and the text “On hedonism”. Despite of his indirect approach on leisure, Marcuse brings an important contribution to the studies on leisure, as emphasized throughout this text, and such contribution must be redimensioned from the dialectic movement of society and culture and from the working class’ achievements.

Keywords: Leisure. Theory. Herbert Marcuse.

¹ Livre docente em estudos do Lazer-Educação Física, pela UNICAMP, professor aposentado da UNICAMP; atualmente desenvolve suas atividades no Programa de Mestrado em Educação e de doutorado em Educação da UNIMEP-Universidade Metodista de Piracicaba-SP. É líder do Grupo de Pesquisa em Lazer-GPL, e membro do ORICOLÉ-UFMG. Líder do Núcleo da Rede CEDES, do Ministério do Esporte, na UNIMEP. Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq.

² Licenciada em História pela UNIMEP, onde foi bolsista de IC do CNPq.



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa que tem por objetivo destacar as possíveis contribuições do pensamento do filósofo e sociólogo alemão Herbert Marcuse (1898-1979) como embasamento teórico para os estudos acerca do lazer.

O trabalho foi efetuado por meio de pesquisa bibliográfica (PARRA FILHO; SANTOS, 2002; RAMPAZZO, 2002; HUHNE, 2002; SANTOS, 1999; ECO, 1977). O levantamento bibliográfico foi efetuado no Sistema de Bibliotecas da UNIMEP e UNICAMP e em ferramentas acadêmicas, disponíveis na rede mundial de computadores.

Foram selecionadas as obras *Eros e civilização* e *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*, publicações de 1955 e de 1964, respectivamente, e o texto “Para a crítica do hedonismo”, escrito na década de 1930, para a *Revista de Pesquisa Social* do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, que faz parte da seleção de textos publicados, em 1965, na Alemanha. Todas as obras foram lidas e estudadas por análise textual, temática, interpretativa e crítica. (SEVERINO, 1980).

Herbert Marcuse, filho de um burguês judeu, nasceu em Berlim no ano de 1898. Em sua juventude, prestou o serviço militar, em 1918, e foi membro do Partido Social-Democrata alemão entre 1917 e 1919, do qual se desvinculou totalmente em 1922. Depois disso, estudou filosofia, literatura alemã e contemporânea, bem como economia política, em Berlim e Friburgo. Em 1922, defendeu a tese sobre “O romance de arte alemão”, com base em leituras de Lukács e Hegel.

Em 1924, casado, vivia em Berlim, onde o pai lhe garantiu participação numa editora na qual Marcuse manteve discussões sobre marxismo, pintura, psicologia e filosofia contemporânea. Foi assim que conheceu a filosofia de Heidegger, motivo pelo qual voltou a Friburgo para investir numa carreira universitária. Em 1928, tornou-se assistente de Heidegger, sob cuja orientação redigiu a tese “A ontologia de Hegel e a fundação de uma teoria da historicidade”, no início da década de 1930.

Nesse período, Marcuse entrou em conflito com Heidegger, conheceu o pensamento de Marx e Engels, tendo então seus primeiros contatos com o Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt, do qual começou a fazer parte em 1933. No mesmo ano, exilou-se em Genebra, depois em Paris, onde assumiu, ao lado de Adorno e Horkheimer, a direção da *Revista de Pesquisa Social [Zeitschrift für Sozialforschung]*. Emigrou para os Estados Unidos em 1934, lecionando em Nova York e Los Angeles.

A partir da década de 40, sua ligação com o Instituto para Pesquisa Social se enfraqueceu. Quando os outros membros retornaram à Alemanha, Marcuse preferiu permanecer nos Estados Unidos, onde, nas décadas de 1950 e 1960, atuou como professor em várias universidades (como Colúmbia, Boston e San Diego) e publicou suas obras consideradas mais relevantes, dentre elas *Eros e civilização*, de 1955 e *O homem unidimensional*, de 1964. Herbert Marcuse faleceu em 1979 (ASSOUN, 1991; WIGGERSHAUS, 2002).

2 DESENVOLVIMENTO

Na obra *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional* (1979), Marcuse faz uma crítica ao que chama de “sociedade industrial contemporânea”. Em suma, seu olhar encontra uma sociedade capitalista altamente desenvolvida e



industrializada, repressora, dominadora das liberdades individuais em todas as esferas da vida, que altera a noção do que é racional e irracional, invertendo as noções de valores objetivos e subjetivos.

Para uma análise mais bem elaborada sobre o lazer no pensamento de Marcuse, é de extrema importância a compreensão dos termos “necessidade” e “liberdade”, no contexto de sua “teoria crítica da sociedade”.

Em *A ideologia da sociedade industrial* (1982), Herbert Marcuse afirma que a sociedade industrial, pela forma como é organizada para se manter em desenvolvimento, destrói as necessidades individuais na medida em que as necessidades políticas da sociedade tornam-se as aspirações do indivíduo. Isso acontece porque a lógica imposta é a de que vale a pena suprimir o real desejo individual por aquilo que supostamente seria melhor para a sociedade como um todo. O fato de essa realidade ser aceita como razão faz com que toda liberdade seja suprimida e a própria noção de liberdade seja invertida.

Nas palavras de Marcuse, prevalece na sociedade industrial desenvolvida uma falta de liberdade. Porém, essa falta de liberdade é confortável e democrática. “Falta de liberdade democrática” é uma noção contraditória quando se entende democracia como liberdade. Esse ponto fundamental para entender essa afirmação de Marcuse exige um recuo à história da sociedade industrial que, desde sua origem, aparece em cena pregando e defendendo a liberdade de pensamento, liberdade de expressão, liberdade de trabalho, liberdade econômica. A democracia aparece, então, como meio de obtenção dessa liberdade.

Sem negligenciar todo o visível processo histórico existente, o ponto a que queremos chegar é a contemporaneidade, momento em que se contextualiza a teoria de Marcuse. Este afirma que, na sociedade atual, a democracia tida como liberdade adquire uma forma em que a própria liberdade passa a ser um grande poder de repressão.

Se os valores são invertidos e o que é necessidade objetiva torna-se subjetiva, o indivíduo passa a ver aquilo que a sociedade impõe como aspirações suas. Ao fazer suas livres escolhas, ele as tomará a partir dessa lógica. Não escolhe por si, não age por si, mas pelo que a razão da sociedade o faz acreditar serem suas melhores escolhas.

Sob essa ótica, o lazer está incluído na teoria de Marcuse como uma das esferas dessas necessidades. O lazer é parte integrante da sociedade industrial, porém o termo “lazer” não é entendido como atividades praticadas em momentos de “tempo livre”. Essas atividades estão ligadas a outras esferas da sociedade por serem administradas pela política e pela economia. Assim, não podem ser consideradas “livres”.

Em outras palavras, o que Marcuse afirma é que mesmo os momentos reconhecidos como “horas livres”, quando o indivíduo estaria supostamente liberado para cumprir as atividades que bem entendesse, não são realmente “horas livres” na razão da sociedade industrial desenvolvida. E não o são porque os ditos interesses da sociedade são invertidos, tornando-se, então, os desejos individuais. Sendo assim, as atividades praticadas como lazer, sejam elas atividades em grupo ou individuais, são regidas pela sociedade, dominadas por seus interesses, manipuladas como meio de manutenção da dominação estabelecida.

Já *Eros e civilização* (1968), obra publicada originalmente em 1966 nos Estados Unidos, é, como o próprio título sugere, “uma interpretação filosófica do pensamento de Freud”. Isso porque, segundo Marcuse:



os processos psíquicos anteriormente autônomos e identificáveis estão sendo absorvidos pela função do indivíduo no Estado – pela sua existência pública. Portanto, os problemas psicológicos tornam-se problemas políticos: a perturbação particular reflete mais diretamente do que antes a perturbação do todo, e a cura dos distúrbios pessoais depende, mais diretamente do que antes, da cura de uma desordem geral. A era propende para ser totalitária, mesmo que não tenha produzido Estados totalitários. A psicologia pôde ser elaborada e praticada como uma disciplina especial enquanto a psique logrou sustentar-se contra o poder público, enquanto a intimidade foi real, realmente desejada e obedecia a seus próprios moldes; se o indivíduo não tem a capacidade nem a possibilidade de ser por si mesmo, os termos da Psicologia convertem-se nos termos das forças da sociedade que definem a psique. Nessas circunstâncias, a aplicação da Psicologia à análise de acontecimentos sociais e políticos significa a aceitação de um critério que foi viciado por esses mesmos acontecimentos. A tarefa é, antes, a oposta; desenvolver a substância política e sociológica das noções psicológicas. (MARCUSE, 1968, p. 25).

Partindo desse pressuposto – bem como da máxima de Freud, de que a civilização está baseada na repressão e renúncia dos instintos humanos, Marcuse faz uma análise e um diálogo com o pensamento freudiano, criticando a sociedade moderna e os resultados de seus avanços técnicos e os progressos da civilização ocidental na tentativa de elaborar uma síntese teórica da cultura, visando a uma possibilidade de civilização não repressiva.

Antes de focalizar o lazer, é preciso pôr em pauta alguns pontos importantes do diagnóstico que Marcuse faz da chamada “sociedade moderna”. Segundo Marcuse, trata-se de uma sociedade que reprime os indivíduos por meio do processo de trabalho. Essa repressão, em grande parte psicológica, atinge o indivíduo de forma consciente e inconsciente, agindo nas manifestações de seus desejos e moralidade, sob o véu de uma suposta liberdade. Ou seja, o indivíduo acredita que é livre; ele vive sua vida decidindo, desejando e agindo da forma que se acredita que deveria agir. É levado, inconscientemente, a seguir as regras da moralidade estabelecida e deseja o que supostamente deve desejar, sendo razoavelmente feliz.

Essa felicidade, que ocorre fracionadamente, durante as poucas horas de lazer entre os dias ou noites de trabalho, mas algumas vezes durante o próprio trabalho, habilita-o a prosseguir em seu desempenho, que por sua vez perpetua o seu trabalho e o dos outros. (MARCUSE, 1968, p. 59).

Marcuse prossegue afirmando que o corpo e a mente dos indivíduos, na condição de instrumentos de trabalho, só funcionam a partir do momento em que os indivíduos renunciam à liberdade que como humanos desejam.

A distribuição de tempo desempenha um papel fundamental nessa transformação. O homem existe só uma parcela de tempo, durante os dias de trabalho, como um instrumento de desempenho alienado; o resto do tempo está livre para si próprio. (Se o dia médio de trabalho, incluindo os preparativos e a viagem de ida e volta do local de trabalho, somar dez horas e se as necessidades biológicas de sono e alimentação exigirem outras dez horas, o tempo livre será de quatro horas em cada vinte e quatro, durante a maior parte da vida do indivíduo.) Esse tempo livre estaria potencialmente disponível para o prazer. (MARCUSE, 1968, p. 59).



Além disso, para Marcuse, a alienação do trabalho se alastra pelo tempo livre dos indivíduos. O motivo principal seria a rotina do trabalho, que exige do tempo livre dos indivíduos a função de descanso e relaxamento dos momentos de trabalho. Ou seja, para Marcuse, a sociedade que estuda não oferece tempo livre de fato aos indivíduos, em virtude da subordinação do tempo livre ao mundo do trabalho.

O controle básico do tempo de ócio é realizado pela própria duração do tempo de trabalho, pela rotina fatigante e mecânica do trabalho alienado, o que requer que o lazer seja um relaxamento passivo e uma recuperação de energias para o trabalho. Só quando se atingiu o mais recente estágio da civilização industrial, quando o crescimento de produtividade ameaça superar os limites fixados pela dominação repressiva, a técnica de manipulação das massas criou então uma indústria de entretenimentos, a qual controla diretamente o tempo de lazer, ou o Estado chamou a si diretamente a execução de tal controle. Não se pode deixar o indivíduo sozinho, entregue a si próprio. Pois se tal acontecesse, com o apoio de uma inteligência, livre e consciente das potencialidades de libertação da realidade da repressão, a energia libidinal do indivíduo, gerada pelo id, lançar-se-ia contra as suas cada vez mais extrínsecas limitações e esforçar-se-ia por abranger uma cada vez mais vasta área de relações existenciais, assim arrasando o ego da realidade e seus desempenhos repressivos. (MARCUSE, 1968, p. 60).

No decorrer do texto, é possível ainda visualizar o lazer inserido na argumentação de Marcuse em busca de uma resposta para a possibilidade de uma civilização não-repressiva. Em suas palavras:

Certo, a escassez e a pobreza predominantes no mundo poderiam ser suficientemente dominadas de modo a permitir a ascendência da liberdade universal, mas esse domínio parece ser autopropulsor – trabalho perpétuo. Todo o progresso tecnológico, a conquista da natureza, a racionalização do homem e da sociedade não eliminaram e não podem eliminar a necessidade de trabalho alienado, a necessidade de trabalhar mecanicamente, desagradavelmente, de um modo que não representa a auto-realização individual. Contudo, a própria alienação progressiva aumenta o potencial de liberdade: quanto mais externo se tornar ao indivíduo o trabalho necessário, tanto menos este o envolve no domínio da necessidade. Aliviada dos requisitos de dominação, a redução quantitativa na existência humana de tempo e energia laborais leva a uma mudança qualitativa na existência humana: é o tempo livre, e não o tempo de trabalho, que determina o conteúdo daquela. O cada vez mais amplo domínio da liberdade passa a ser, verdadeiramente, um domínio lúdico – do livre jogo das faculdades individuais. Assim liberadas, essas gerarão novas formas de realização e descobrimento do mundo, o que, por sua vez, remodelará o domínio da necessidade, a luta pela existência. (MARCUSE, 1968, p. 193). (*sic*).

A observação do lazer concreto, tal como se manifesta notadamente nas sociedades contemporâneas mais desenvolvidas, marcado, tanto quanto o trabalho, pela alienação e por conceitos de produtividade, faz com que o autor critique as duas esferas de atividade humana: o trabalho e o lazer. Destacando a produtividade, ligada ao princípio de desempenho “como um dos mais protegidos valores da cultura moderna”, Marcuse contrapõe-lhe a ideia do jogo: o jogo é improdutivo, é inútil precisamente porque anula as características repressivas e exploradoras do trabalho e do lazer. Em outro trabalho, centrado na análise das tendências das sociedades contemporâneas mais altamente desenvolvidas, o mesmo autor distingue o lazer do



tempo livre, cuja restrição é por ele considerada um dos fatores da ausência de liberdade no estado de bem-estar social, argumentando que as horas de lazer “vicejam na sociedade industrial desenvolvida, mas não são livres desde que são administradas pelos negócios e pela política”. (MARCUSE, 1979).

Esta distinção entre o jogo, com seu caráter lúdico, e o lazer, como esfera permitida e controlada da vida social, é efetuada também por autores brasileiros. Perrotti (1982) afirma que “o lúdico, dentro do mecanismo do sistema, é a sua negação. Em seu lugar permite-se o lazer, o não trabalho, coisa totalmente diferente do lúdico, que é o jogo, a brincadeira, a criação contínua, ininterrupta, intrínseca à produção”. Para Perrotti “a racionalidade do sistema produtivo torna o lúdico inviável, pois o tempo do lúdico não é regulável, mensurável, objetivável”, e, sendo assim, “toda tentativa de subordiná-lo ao tempo da produção provoca sua morte”. (PERROTTI, 1982, p. 14).

De fato, a observação da prática do lazer na sociedade moderna é marcada por fortes componentes de produtividade. Valoriza-se a *performance*, o produto, e não o processo de vivência que lhe dá origem; estimula-se a prática compulsória de atividades que denotam moda ou *status*. Além disso, o caráter social requerido pela produtividade confina e adia o prazer para depois do expediente, para os finais de semana, para os períodos de férias ou, mais drasticamente, para a aposentadoria. No entanto, isso tudo não nos permite ignorar a ocorrência histórica do lazer, inclusive como conquista da classe trabalhadora. (MARCELLINO, 2004).

Seja como for, consideramos que, a partir da observação das relações sociais de produção, tal como se processam atualmente na sociedade brasileira, e apesar de todo o controle social verificado, é importante destacar o lazer, conforme nos lembra Magnani, como espaço “onde as possibilidades de criação e escolha são, com certeza, maiores que as existentes numa linha de montagem”. (MAGNANI, 1984, p. 34).

O texto “Para a crítica do hedonismo”, escrito por Herbert Marcuse (1997) na década de 1930 para a *Revista de Pesquisa Social* do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, faz parte da seleção de textos publicados em 1965, na Alemanha, e em 1997, no Brasil, no primeiro volume de *Cultura e Sociedade*. Trata-se de um histórico e uma crítica ao hedonismo – doutrina que tem como princípio base a busca da felicidade como gozo imediato, o prazer –, bem como a diferenciação da concepção e da crítica deste nos períodos chamados clássico e moderno da história.

Abordando Platão, Aristóteles, Kant, Hegel, dentre outros pensadores, Marcuse faz uma análise crítica materialista que percorre a oposição entre hedonismo e a chamada filosofia da razão, a racionalidade individual contrapondo-se aos desejos e necessidades individuais, o desenvolvimento das forças de produção capitalista e o materialismo histórico, culminando no que o autor afirma ser a posição dos pensadores da Teoria Crítica. Pode-se afirmar também que Marcuse faz uma crítica visivelmente endereçada à contradição entre hedonismo, enquanto busca do prazer individual e imediato, e a filosofia hegeliana que, em prol do progresso, defende a supressão do individual em favor do universal.

Segundo Marcuse (1997), na sociedade contemporânea, uma sociedade de classes cujo processo de produção e de valorização do capital determina as condições dos indivíduos, a falta de liberdade estaria presente tanto nas necessidades quanto no prazer. Para o autor, a felicidade não poderia ser universal, em virtude da situação econômica que impediria a maior parte dos indivíduos de alcançar a satisfação de necessidades e prazer criados pela sociedade. Essa felicidade individual não seria possível numa sociedade na qual os indivíduos não



estão capacitados a julgar sua própria felicidade nem seus interesses. Isso porque estariam condicionados a um sistema baseado nas contradições das relações capitalistas de poder. Assim, segundo Marcuse, as camadas subjugadas, que não possuem condições econômicas de ter acesso às mercadorias destinadas ao prazer, são controladas pela sociedade, de forma repressiva. O autor fala também de formas destinadas a distrair e substituir o prazer não alcançado: *esporte, diversões populares, terror sádico, cinema*. O cinema merece atenção especial, porque seria uma forma de visualizar um mundo desejado, uma vida cuja falta resultaria em amargura e dor.

Marcuse (1997) também fala das camadas possibilitadas economicamente, os possuidores de mercadorias, participantes de uma realidade na qual o valor está baseado na força de trabalho e, portanto, o prazer não teria valor. Essa falta de valor, segundo o autor, estaria manifesta na mente dos indivíduos.

Segundo Marcuse, o trabalho nessa sociedade seria encarado como um ponto de partida para a satisfação das necessidades. Para o prazer, nas palavras do autor,

Nos produtores imediatos, a limitação da fruição, sem nenhuma mediação moral, atua imediatamente por meio da jornada de trabalho, que deixa somente o curto “tempo de lazer” para a fruição, pondo-a a serviço do descanso, de nova acumulação de energia e de forma de trabalho. Os que usufruem do processo de trabalho são afetados pela mesma valoração. Como estes, ao desfrutar, fazem e possuem algo que não cria propriamente valor algum, produz-se uma espécie de sentimento social de culpa que conduz a uma racionalização da fruição. Enquanto representação, descanso, exibição do brilho daqueles que se encontram no topo e que têm a maior responsabilidade, a fruição é executada quase como uma carga ou um dever. A construção do sentimento social de culpa é um empreendimento decisivo da educação. A lei dominante do valor reflete-se na convicção continuamente renovada de que cada um, inteiramente deixado a si mesmo, precisa ganhar a vida numa luta de concorrência generalizada, mesmo que seja só para poder continuar a ganhá-la, e que cada um receberá segundo a força de trabalho gasta. Assim não se pode ganhar a felicidade. O fim do trabalho não é a felicidade, nem sua recompensa a fruição, mas o lucro ou o salário, isto é, a possibilidade de continuar trabalhando. Para a manutenção de um processo de trabalho como este, aqueles impulsos e necessidades que poderiam destruir a relação normal entre trabalho e fruição (como o período de não-trabalho) e as instituições que garantem essa relação (como a família e o casamento) precisam ser desviados ou reprimidos. (MARCUSE, 1997, p. 187). (*sic*).

Assim, entendendo o lazer como uma forma de *fruição*, podemos concluir com a afirmação de Marcuse que o hedonismo só seria possível numa sociedade não mais baseada nas relações de produção capitalista, e em que os indivíduos não estivessem mais subordinados às regras do sistema.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o lazer como um campo específico de atividade, em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem, não significa deixar de considerar os processos de alienação que ocorrem em quaisquer dessas áreas. Entender o lazer como espaço privilegiado para manifestação do lúdico na nossa sociedade, não significa absolutizá-lo ou, menos ainda, considerá-lo único. A nosso ver, esse entendimento parece ser uma postura que contribui para abrir possibilidades de



alteração do quadro atual da vida social, tendo em vista a realização humana, a partir de mudanças no plano cultural.

Ao analisarmos as obras dos pensadores da Escola de Frankfurt (WIGGERSHAUS, 2002), concluímos que eles contribuíram, dentro do contexto em que viveram e as produziram, para a constituição de uma possível Teoria sobre o Lazer. O ponto que os une, nas obras investigadas, é notadamente a difusão e criação da cultura e suas relações com a chamada “indústria cultural”. Os pontos divergentes dizem respeito à análise mais pessimista ou otimista no que diz respeito à contribuição da chamada “indústria cultural” para a emancipação humana, diante do quadro que se apresentava.

Para Marcuse, o lazer, inserido no contexto da sociedade moderna, é o curto tempo livre dos indivíduos, no qual eles teriam o direito ao prazer. Porém, esse tempo livre é apenas uma parte menor na divisão do tempo diário, e ainda sofre com formas conscientes e inconscientes de controle nas quais o indivíduo é levado a desejar aquilo que se crê que deve desejar e acreditar que são desejos autônomos. Ele afirma que a indústria do entretenimento controla diretamente o tempo de lazer.

O autor, mesmo a partir de uma abordagem indireta do lazer, também traz uma contribuição importante para os estudos do lazer, conforme vimos no decorrer do texto, considerando o espaço/tempo em que sua obra foi produzida, e esta contribuição precisa ser redimensionada a partir do movimento dialético da sociedade e da cultura e das conquistas da classe trabalhadora, ao longo da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOUN, P. L. **A escola de Frankfurt**. São Paulo: Ática, 1991.
- ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- HUHNE, L. M. **Metodologia científica**: caderno de textos e técnicas. Rio de Janeiro: Agir, 2002.
- MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
- MARCUSE, H. **Eros e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. **Para a crítica do hedonismo**: cultura e sociedade, Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997, p. 161-198.
- PARRA F. D.; SANTOS, J. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Futura, 2002.
- PERROTTI, E. A criança e a produção cultural. In: ZILBERMAN, R. (Org.). **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1982, p. 9-27.



RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**. São Paulo: Loyola, 2002.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1980.

WIGGERSHAUS, R. **Escola de Frankfurt**: história, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: Difeel, 2002.

Recebido: 12/07/2012

Aprovado: 12/10/2012